

Entre a rejeição moral e o acolhimento pastoral: diferentes percepções e práticas na Igreja Católica em relação à população LGBTQIA+

Jaci de Fátima Souza Candiotta*
Silvia Mara Camargo Kreuz**

Resumo

Neste artigo pretende-se analisar diferentes percepções na Igreja católica em relação à população LGBTQIA+. Nos documentos oficiais e no Direito Canônico predomina a ênfase da teologia moral clássica de naturalização dos papéis sexuais de homens e mulheres, pautada na diferenciação sexual biológica e na vinculação entre a finalidade afetiva do matrimônio à finalidade da procriação e educação da prole. Já as manifestações públicas e orientações pastorais dos últimos pontificados variam muito, sendo que no Pontificado do Papa Francisco predomina a atitude de acolhimento e integração das pessoas que se encontram nas periferias existenciais, incluída a população LGBTQIA+. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica e documental com abordagem qualitativa. O artigo constata que no Brasil há um índice altíssimo de violência contra esta população,

* Professora do Mestrado em Direitos humanos e Políticas Públicas (PUCPR) e do curso de Teologia da PUCPR. Editora-chefe da Revista Caderno Teológico PUCPR. Pós-doutorado no Institut Catholique de Paris, França (2014-2015). Doutorado em Teologia (2012) e Mestrado em Teologia (2008) pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Mestrado em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (2002), Bacharelado em Teologia pelo Studium Theologicum (1995), Licenciatura em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (1991). É professora convidada da Universidade Católica de Moçambique para o Doutorado em Humanidades. Membro do Grupo de Pesquisa Ecocultura e Ecofeminismo vinculado ao Centro de Investigação em Teologia e Estudos de Religião CITER - Universidade Católica Portuguesa Lisboa.

** Pesquisadora interdisciplinar na área de Sexualidade Humana e Direitos Humanos. Mestranda em Direitos Humanos e Políticas Públicas pela PUC-PR, Bolsista CAPES. Especialista em Sexualidade Humana, com pesquisa intitulada: “Homossexualidade na Concepção da Religiosidade: do discurso fundamentalista religioso à abordagem inclusiva” (Universidade Positivo-2018). Especialista em Formação Política para Leigos e Leigas, com pesquisa intitulada: “Dignidade humana e cidadania sexual: a importância dos movimentos de combate à LGBTIfobia estrutural no contexto católico” (PUC-RJ- 2022). Assessora de coordenação do Grupo Católico de Acompanhamento Pastoral a Pessoas LGBTQI+ (2017-2024). Assessora da Campanha da Fraternidade na Arquidiocese de Curitiba (2019-2022).

alimentada por uma percepção cultural e religiosa moralista. Contudo, dentro da própria Igreja Católica no Brasil há grupos que se organizam e praticam uma Teologia de inclusão e integração, enfrentam os fundamentalismos e combatem a LGBTIfobia estrutural. Assim é que, apoiada nos valores cristãos de amor ao próximo propagados por Papa Francisco, a Rede Nacional de grupos católicos LGBTs toma para si o protagonismo nesta causa e age motivada pelos ensinamentos de Jesus de Nazaré que não silenciou diante das estruturas de opressão.

Palavras-chave: gênero; dignidade humana; LGBTIfobia; católicos LGBTs.

Between Moral Rejection and Pastora Acceptance: Different Perceptions Ande Practices in the Catholic Church Regarding the Lgbtqia+ Community

Abstract

This article aims to analyse different perceptions within the Catholic Church regarding the LGBTQIA+ population. In official documents and Canon Law, the emphasis predominantly reflects classical moral theology, which naturalizes the sexual roles of men and women, based on biological sexual differentiation and the linkage between the affective purpose of marriage and the purpose of procreation and the education of offspring. However, public statements and pastoral guidelines from recent papacies vary significantly. During Pope Francis' Pontificate, the predominant attitude has been one of welcome and integration of individuals found in existential peripheries, including the LGBTQIA+ population. This is a bibliographic and documentary study with a qualitative approach. The article notes that in Brazil, there is an alarmingly high rate of violence against this population, fuelled by a moralistic cultural and religious perception. Nevertheless, within the Catholic Church in Brazil, there are groups that organize and practice a theology of inclusion and integration, confront fundamentalism, and combat structural LGBTphobia. Thus, supported by the Christian values of love for one's neighbour, as propagated by Pope Francis, the National Network of LGBT Catholic Groups takes a leading role in this cause, motivated by the teachings of Jesus of Nazareth, who did not remain silent in the face of oppressive structures.

Keywords: gender; human dignity; homophobia; LGBT Catholics.

Entre el Rechazo Moral y la Acogida Pastoral: Diferentes Percepciones y Prácticas en la Iglesia Católica en Relación con la Población Lgbtqia+

Resumen

Este artículo tiene como objetivo analizar diferentes percepciones dentro de la Iglesia Católica en relación con la población LGBTQIA+. En los documentos oficiales y en el Derecho Canónico, predomina la teología moral clásica, que naturaliza los roles sexuales de hombres y mujeres, basándose en la diferenciación sexual biológica y en la vinculación entre la finalidad afectiva del matrimonio y la finalidad de la procreación y la educación de los hijos. Sin embargo, las declaraciones públicas y las orientaciones pastorales de los últimos pontificados varían considerablemente. Durante el Pontificado del Papa

Francisco, la actitud predominante ha sido de acogida e integración de las personas que se encuentran en las periferias existenciales, incluida la población LGBTQIA+. Se trata de una investigación bibliográfica y documental con un enfoque cualitativo. El artículo señala que en Brasil existe una tasa alarmantemente alta de violencia contra esta población, alimentada por una percepción cultural y religiosa moralista. No obstante, dentro de la propia Iglesia Católica en Brasil, hay grupos que se organizan y practican una teología de inclusión e integración, enfrentan el fundamentalismo y combaten la LGBTIfobia estructural. Así, apoyados en los valores cristianos de amor al prójimo, propagados por el Papa Francisco, la Red Nacional de Grupos Católicos LGBTs asume un papel protagónico en esta causa y actúa motivada por las enseñanzas de Jesús de Nazaret, quien no permaneció en silencio ante las estructuras de opresión.

Palabras clave: género; dignidad humana; LGBTfobia; católicos LGBT.

Introdução

O Brasil é um país plural e paradoxal, de cultura estruturada na heterocisnormatividade.¹ Esta norma produz atitudes e posturas discriminatórias ao considerar a homossexualidade e a transexualidade como sexualidades inferiores. A marginalização das pessoas LGBTQIA+² se dá em diferentes contextos, mas é no campo religioso, especialmente no Cristianismo católico, que se tem mais dificuldade de combatê-la. O imaginário heteronormativo se baseia em interpretações da Tradição³ e da Doutrina que conduzem esta população às “periferias existenciais” (Francisco, 2013, n. 49), produz a LGBTIfobia estrutural e interfere diretamente na afirmação da dignidade destas pessoas.

Há diferentes dimensões para se afirmar a dignidade da pessoa humana, entre elas destaca-se a dimensão religiosa que confere dignidade ao ser humano por ele ser reconhecido como criado à imagem e semelhança de Deus

¹ O termo ‘heteronormatividade’ foi criado por Michael Warner na década de 1990 para definir o sistema de ideias que estabelece a heterossexualidade como norma. Com o tempo se convencionou acrescentar a cisnormatividade ao conceito e utilizar assim a forma contraída heterocisnormatividade (Warner, 1993).

² LGBTQIA+ é a sigla mais comumente utilizada para definir as pessoas lésbicas, *gays*, bissexuais, travestis/transgêneros/transexuais, intersexo; o símbolo + refere-se a outras nomenclaturas já que a fluidez da sexualidade é muito abrangente. Os conceitos estão inseridos no Manual de Comunicação LGBTQIA+, produzido pela Aliança Nacional LGBTI em parceria com o Gay Latino. Disponível em: <https://www.grupodignidade.org.br/wp-content/uploads/2018/05/manual-comunicacao-LGBTI.pdf>. Acesso em: 19 jun, 2024.

³ Neste artigo, ao citar a Tradição, trata-se da Tradição do Cristianismo Católico, uma vez que traz a atuação da Rede Nacional de Grupos Católicos LGBTQIA+. Existem outras formas de contemplar a tradição cristã, diferentemente desta aqui apresentada. Assim como, existem outros grupos de cristãos LGBTQIA+ atuando de forma pastoral semelhante à dos católicos, que não foram objeto deste artigo.

(cf. Bíblia Sagrada, 1982, Gn 1,27, p. 49). O grande desafio é fazer valer esta afirmação para as pessoas que não se enquadram à norma heterocisgênera, no Brasil. Outro desafio está na manutenção das vidas destas pessoas após a revelação da sua sexualidade e/ou identidade de gênero. Muitas estruturas religiosas fundamentalistas, e seus atores sociais com status elevado, atuam na agenda “antidireitos” e, em especial, “antigênero”. Eles negam a ciência, a razão e se opõem à lógica secular dos direitos humanos, à laicidade do Estado, à concepção pluralista de família, à diversidade sexual e de gênero e às ideias feministas (Vaggione, 2017). Assim, um moralismo opressor atua estruturalmente na manutenção de posturas LGBTIfóbicas mascaradas de defesa da família, das crianças, da tradição e da liberdade religiosa.

Não raro, as manchetes de jornal relatam atos homotransfóbicos que além de atuarem de forma a aniquilar as subjetividades das pessoas LGBTQIA+ (Conselho Federal de Psicologia, 2019), produzem violências extremas, comumente influenciadas por fundamentação religiosa duvidosa. Casos com requintes de crueldade não podem ser esquecidos, como o de Dandara, espancada e morta a tiros, em Fortaleza, o ato criminoso foi gravado e divulgado através da internet (Portal G1 Ceará, 2017); ou da travesti que foi morta na região de Campinas, teve seu coração arrancado do peito sendo colocada a imagem de Nossa Senhora Aparecida no lugar, o assassino disse que “ela era o demônio” (Portal Geledés, 2019).

Em especial no caso de Dandara, em cujo assassinato estiveram envolvidas diversas pessoas, havia quem estivesse agredindo, quem estivesse assistindo, quem estivesse filmando. Alguns trouxeram o carrinho de mão, um disparou o gatilho, outros publicaram nas redes sociais, mas não havia um único cristão para ordenar a defesa da vida daquela ser humana. Tal fato deveria incomodar imensamente as instituições religiosas, no entanto, ela é apenas mais um corpo sem valor, um ser sem dignidade, uma espécie sub-humana.

É difícil tratar da influência, não só da Igreja Católica, mas das Igrejas cristãs de uma forma geral, na LGBTIfobia estrutural sem mencionar as questões de gênero e o pânico moral gerado pelos “defensores da posição antigênero” (Judith Butler, 2024, p. 23). Entre diversas declarações do Vaticano sobre o tema, o cardeal Ratzinger – que um ano mais tarde se tornaria papa – afirmou em 2004 que os atributos biológicos são imutáveis e que se as pessoas puderem escolher livremente “para modelar-se a seu gosto”, elas destruirão sua essência (Congregação para a Doutrina da Fé, 2004, n. 3). Para as comunidades evangélicas e católicas mais conservadoras

e fechadas às ciências, a categoria gênero está associada à pauta política e sua intenção seria de destruir a família tradicional, pois estaria ligada a diversas perversões sexuais, incluindo crimes como a pedofilia.

Entre as diversas contradições presentes em um país marcado por múltiplas denominações religiosas cristãs, com um número incontável de igrejas disseminadas por todas as cidades da federação, destaca-se a violência LGBTfóbica, frequentemente fundamentada em discursos religiosos. Jesus de Nazaré afirmou: “Eu vim para que todos tenham vida e tenham em abundância” (Bíblia Sagrada, 1982, Jo 10,10, p. 1398). Nesta esteira e na intenção de reconhecer a dignidade de pessoas lésbicas, *gays*, bissexuais, travestis/transsexuais, *queer*, intersexo e outras, surgem os grupos de católicos LGBTs. Estes grupos estão organizados em uma Rede Nacional e promovem o acolhimento, o cuidado, o acompanhamento pastoral e a defesa da vida desta população, cristãos e cristãs LGBTQIA+, fiéis, batizados/as/es. São grupos que divulgam estratégias de afirmação de vida digna desta população.

Diversidade sexual e a Igreja Católica

O Direito Canônico e as pastorais da igreja católica têm papel importante na regulação das práticas sexuais e atuam de forma a definir as práticas homossexuais e a transexualidade como anormalidades antinaturais. Apesar da evolução dos estudos sobre a sexualidade humana nas áreas da Medicina, Psicologia, Genética, Psiquiatria, Sociologia, Antropologia ainda se pode afirmar que ela está “longe de ser uma expressão pura dos sentimentos e desejos humanos, pois é construída sócio historicamente, influenciada pelos interesses e ideologia da classe hegemônica” (Terezinha Mariuzzo, 2003, p. 28).

Depois que a diversidade sexual entrou no debate acadêmico, educacional, político e religioso já não é possível afirmar que ela esteja ligada a uma causalidade genética, a desvios hormonais ou à estrutura corporal; tampouco ela pode ser relacionada a uma educação negligenciada ou ao ambiente em que a pessoa vive; não é influenciada pela evolução psicoafetiva; não é uma escolha porque ninguém pode decidir por quem vai sentir atração ou se apaixonar (Costa, 1941). Tais constatações levaram a autoridade eclesástica a declarar que a homossexualidade é objetivamente desordenada, mas a inclinação homoafetiva por si não é considerada pecado (Congregação para a Doutrina da Fé, 1986). Em carta aos bispos com orientações pastorais a pessoas homossexuais, o Cardeal Ratzinger afirma desejar que “o ensinamento do Senhor e da Sua Igreja acerca deste importante

tema seja transmitido integralmente a todos os fiéis” (Congregação para a Doutrina da Fé, 1986, n. 17).

Portanto, esta carta afirma a dignidade das pessoas homossexuais e sugere que elas têm “uma profunda exigência de ser ajudada contemporaneamente em vários níveis” (Congregação para a Doutrina da Fé, 1986, n. 16), realça a importância do trabalho de alguns bispos e sacerdotes no atendimento desta população e recomenda que “estes zelosos ministros devem nutrir a certeza de que estão seguindo fielmente a vontade do Senhor quando encorajam a pessoa homossexual a levar uma vida casta” (Congregação para a Doutrina da Fé, 1986, n. 13).

Num passado recente, o papa João Paulo II, em documentos da Igreja, ainda considerava que a não “discriminação de *gays* e lésbicas só constitui um direito na medida em que não haja condutas homoeróticas. Caso contrário, a discriminação pode ser legítima para a proteção do bem comum” (*L’Osservatore Romano*, 1992, p. 6). Assim, as pessoas LGBTQIA+ deveriam manter abstenção sexual total. O que evidencia que o controle sobre os corpos dissidentes de gênero e sexualidade é mais rigoroso do que sobre os corpos cisgêneros heterossexuais, isso porque tampouco podem praticar a sua orientação sexual no interior de uma união religiosamente legítima.

Outro princípio que rege a LGBTIfobia estrutural no âmbito do Cristianismo é a concepção dualista do ser, Deus criou o homem e a mulher. Esta e outras afirmações, baseadas em interpretação literal da Bíblia, produzem um contexto excludente da pluralidade da Criação. Vejamos a passagem de Sodoma (Bíblia Sagrada, 1982, Gn 19, 1-29, p. 64 e 65) – a falta de hospitalidade e o interesse em violentar os hóspedes estrangeiros do patriarca Ló ficaram em segundo plano para dar visibilidade a uma possível homossexualidade dos habitantes daquela cidade e, divulgar a ira do Senhor contra esta suposta homossexualidade. Na verdade, o que se pode condenar é a prática do abuso sexual, comparável ao estupro, e a falta de hospitalidade (Helminiak, 1998, p. 39-46).⁴

Não sendo viável realizar um levantamento exaustivo de todas as citações bíblicas frequentemente utilizadas para condenar e excluir pessoas LGBTQIA+, uma vez que tal abordagem foge ao escopo deste artigo, é importante ressaltar que as interpretações da Bíblia, especialmente quando

⁴ Para mais explicações sobre o que as citações bíblicas que são utilizadas para condenar a homossexualidade, ver HELMINIAK, Daniel. O que a Bíblia realmente diz sobre a homossexualidade. São Paulo: Summus, 1998.

feitas de forma literal, podem fomentar preconceitos e exclusão, além de ignorar a regra católica estabelecida pelo Concílio Vaticano II para interpretar o significado das palavras bíblicas no nosso próprio tempo e cultura (Lawler e Salzman, 2020). Podem se tornar verdadeiras armas na boca de pessoas fundamentalistas, que ao agirem de forma perversa negam a dignidade das pessoas que fogem à norma heterocisgênera.

O autor Nascimento de Jesus (2024), destaca que ao relacionar as posições eclesiais católicas sobre a diversidade sexual e de gênero com a realidade de pessoas LGBTQIA+ - seus dramas, potencialidades e lutas, foi possível captar certas tendências, que ele classificou em cinco tipologias dos discursos eclesiais:⁵

(i) atitude eclesial reacionária – uma tendência política da ICAR que “reage” ferozmente contra toda e qualquer compreensão da sexualidade que desafie o seu próprio modo de pensar e conceber este aspecto fundamental da vida humana; [...] (ii) atitude estigmatizadora – uma tipologia que destaca discursos eclesiais que rotulam a homossexualidade como desordenada, patológica e pecaminosa, não somente por um viés teológico-pastoral, mas também por aquele filosófico e supostamente científico; [...] (iii) romântico-essencialista – uma tipologia que enfatiza o caráter essencialista da sexualidade humana, centrada na relação ideal entre homem e mulher, como um projeto único e primordial de Deus; [...] (iiii) homofobia institucionalizada – indica o acirramento de declarações eclesiais que dão suporte oficial a preconceitos e discriminações frente às pessoas LGBTQIA+; [...] (iiiii) uma tipologia mais arejada, dialogal e aberta à escuta da comunidade LGBTQIA+, protagonizada, de modo especial, pelo Papa Francisco (Nascimento de Jesus, 2024, p. 14 e 15).

O que pode estar promovendo mudanças na postura e nos discursos é o fato de serem permitidos estudos envolvendo as pessoas LGBTQIA+ nas áreas de Teologia Moral, Antropologia, Diversidade Sexual, Medicina, das Ciências Sociais e Humanas, o que por muito tempo foi apenas permitido para as pessoas heterossexuais, cisgêneras e, na maioria das vezes, por homens brancos. Assim, a influência do patriarcado e do machismo produziram

⁵ Utilizando-se da metáfora das cores, o autor chamou “cada uma dessas tipologias de ‘tom’”. A ideia é situar as tonalidades dos discursos eclesiais circunscritos às cores azul ou rosa que, em nossa cultura brasileira, representam o ideário cis-heterossexual, tão caro à ICAR, e profundamente em oposição ao apanágio de cores vivas e dinâmicas da diversidade sexual e de gênero. A ênfase numa ou noutra tonalidade dependerá do contexto sociocultural-histórico em que a ICAR se debate com as questões de sexualidades dissidentes” (Nascimento de Jesus, 2024, p. 13 e 14).

desinformação e preconceito com a máscara de ciência. Sem serem ouvidas, as pessoas LGBTQIA+ estiveram envolvidas em uma dinâmica que engessava as propostas de mudanças, que caía em armadilhas de “arbitrariedades individualistas” ou em “ideologias totalizantes” (Leers e Trasferetti, 2002, p. 31). Daí a importância do Concílio Vaticano II, que deseja promover a união entre os fiéis exortando: “haja unidade no necessário, liberdade no que é duvidoso, e em tudo a caridade” (Concílio Vaticano II, GS, 1965, n. 92).

A obra *Homossexuais e Ética Cristã* contribui sobremaneira com esta abordagem, num debate aberto sobre como se produzir Teologia Moral com as pessoas LGBTQIA+ e afirmando a possibilidade de renovação da Doutrina a partir do reconhecimento da liberdade e dos direitos de tal população; nela Leers e Trasferetti afirmam que “sem liberdade, a moral cai num vácuo, os códigos que existem na sociedade viram letras mortas e o risco da deformação e mutilação das pessoas se torna próximo e grave” (2002, p. 31).

Bernhard Haering, por sua vez, já afirmava em 1979 que “como indivíduos e como membros da comunidade todos devemos examinar nossas consciências para ver se temos alguma participação na opressão, na manipulação, na violência que persistem à nossa volta”. Para ele a “moralidade legalista que sufoca as energias positivas de liberdade” está associada a grandes males na sociedade (Haering, 1979, p.79 e 83). Já para Leers e Trasferetti o debate gira em torno da conduta do bom cristão que deve comparar “a tradição discriminatória com os direitos humanos universais e as diretivas evangélicas” (2002, p.49) e analisar se a insegurança sobre si mesmo não é o que mantém a opressão sobre a/o irmã/o LGBTQIA+. Eles afirmam que “proibições morais não são inocentes. Quanto mais fortes e radicais, tanto mais condicionam atitudes intolerantes e hostis na sociedade para com as pessoas que não correspondem ao esquema exigido de conduta” (Leers e Trasferetti, 2002, p. 49).

Sobre esta Tradição, há uma contribuição importante de Nascimento de Jesus, ao afirmar que “o Catecismo da Igreja Católica (2013) distingue sua tradição entre Tradição Apostólica e tradições eclesiais” (Nascimento de Jesus, 2024, p. 28). Para o autor, “a primeira transmite o que os apóstolos de Cristo teriam recebido dos ensinamentos e dos exemplos de Jesus Cristo” e seria a essência “daquilo que o Papa Francisco chama de ‘beleza do amor salvífico de Deus manifestado em Jesus Cristo morto e ressuscitado’ (Francisco, 2013, n.36)” (Nascimento de Jesus, 2024, p. 28). As tradições eclesiais são as “tradições’ teológicas, disciplinares, litúrgicas ou devocionais, nascidas no

decorrer do tempo nas Igrejas locais' (Catecismo da Igreja Católica, 2013, §83)" (Nascimento de Jesus, 2024, p. 28). Para o autor,

no senso comum católico ou em algumas expressões tradicionalistas de inspiração católica, nem sempre esta distinção é tão nítida e considerada. Há uma certa tendência à absolutização e à ontologização de certas tradições locais, com suas normas, leis e ensinamentos, chegando a desembocar em fundamentalismo com roupagem católica (Nascimento de Jesus, 2024, p. 28).

A partir do que a ciência revela, Leers e Trasferetti entendem que a sexualidade humana não é passível de ser padronizada e universalizada. Assim, sugerem que o importante é “universalizar a salvação libertadora, sem exclusividade, o que supõe uma mensagem universal, compreensível para qualquer pessoa, em qualquer contexto cultural”. Envolver a população LGBTQIA+ nas reflexões sobre ética e moral será, para estes autores, um importante instrumento de ruptura com as “estruturas de pecado” que tendem a continuar aprisionando estas pessoas no confessionalismo e na abstenção sexual. Com base no decreto do Concílio Vaticano II pode-se falar do “profundo apreço pela liberdade de consciência da pessoa humana, associada ao dever de buscar a verdade” (Lima, 2021, p. 46), compreender a si mesmo e agir conforme a consciência segundo “pela fidelidade à voz da consciência, os cristãos estão unidos aos demais homens, no dever de buscar a verdade e de nela resolver tantos problemas morais que surgem na vida individual e social” (Concílio Vaticano II, GS, 1965, n. 16). Tal afirmação pressupõe a liberdade da consciência moral, de maneira que “a consciência das pessoas é a última norma de agir” (Leers e Trasferetti, 2002, p. 191, 35).

Merecem destaques duas obras atuais envolvendo as pessoas LGBTQIA+. Uma delas é do estadunidense, James Martin, trata-se do livro *Construindo uma Ponte*. Ele alerta que “reconhecer que existem católicos LGBT tem importantes implicações pastorais. Implica providenciar acompanhamento espiritual para esta comunidade – coisa que algumas dioceses, paróquias e escolas já fazem muito bem” (Martin, 2022, p. 41). A ação pastoral de James Martin revoluciona, ele garante que os católicos LGBTQIA+ se sintam parte integrante da Igreja e amados por Deus e pelos irmãos. Outro bom exemplo e bem mais próximo dos brasileiros é o trabalho de Luís Corrêa Lima, professor da PUC-RIO. Com a obra *Teologia e os LGBTQIA+*, ele abre portas para as pessoas dissidentes de gênero e sexualidade, promove o entendimento nas famílias com pessoas LGBTQIA+ e incentiva a criação de

novos grupos de acompanhamento pastoral com esta população. Contando histórias, promovendo formações e pregações, estes e outros aliados da causa estão modificando a percepção dos católicos quanto à diversidade sexual e promovendo inclusão e integração de todas as pessoas, além de estarem em diálogo ecumênico e inter-religioso com outras denominações a fim de levar vida em abundância para todas as pessoas.

Desde o início do seu pontificado, Papa Francisco já deixou nítido o seu posicionamento contrário ao julgamento das pessoas. Ao ser indagado pela repórter Ilze Scamparini sobre as pessoas *gays*, ao final da Jornada Mundial da Juventude no Rio de Janeiro, no ano de 2013, ele soltou a frase conhecida dos católicos: “quem sou eu para julgar?”. Este seria o título de um livro do papa, publicado em seguida (Francisco, 2017). Francisco deixou explícita a mensagem de que se uma pessoa é *gay* e procura a Deus, ela deve se sentir acolhida. Ele falou também que o confessor não deveria atuar como uma alfândega, decidindo quem pode e quem não pode ocupar os espaços dentro da Igreja (Francisco, 2013, n. 47). Em outra oportunidade, afirmou que existem pessoas que ocupam as periferias existenciais, indicou que ele deseja uma Igreja em saída, de pés enlameados, mas que vá ao encontro das pessoas que estão excluídas (Francisco, 2013, n. 49).

Outra declaração do Papa, no ano de 2020, foi sobre as pessoas homossexuais terem direito à união estável. Em documentário, foi publicada uma parte de entrevista em que o Pontífice fez esta declaração, mas que havia sido censurada e acabou por vir a público. Papa Francisco fez uma verdadeira revolução diante de tudo o que já havia sido publicado sobre a diversidade sexual, sem mudar a Doutrina Católica que só admite o sacramento do matrimônio entre um homem e uma mulher. A repercussão foi grande entre os progressistas da Igreja Católica e foi assunto em programa de televisão aberta, em horário nobre. Na matéria, o presidente da Comissão Episcopal para a Vida e a Família, da CNBB, afirmou que “Francisco nos impressiona com o seu nível de humanidade, a realidade da discriminação pode levar à violência e à exclusão social. Portanto, diante destes perigos, o papa entende que uma lei deve buscar garantir a seguridade que toda pessoa merece: ser cidadão de direitos” (Programa Fantástico, Rede Globo de Televisão, 25/10/2022, 20:30).

A atuação do Papa Francisco acolhendo os LGBTQIA+ tem forte impacto na Igreja Católica, mas também gera movimentos de reação que não ocultam o medo do clero nas questões de identidade de gênero e da possível

“destruição da família” caso se aceite e promova direitos a estas pessoas. Não raro, ouve-se alguma manifestação contra o chamado *lobby gay*.

Um documento recente do Vaticano, o “Pacto Global pela Família” (Ecclesia, 2023), aborda com ênfase a família nuclear e a necessidade de proteção da mesma, relegando à própria sorte outras constituições familiares que estão em situação de vulnerabilidade no Brasil. Também a declaração *Dignitas infinita* (Dicastério para a Doutrina da Fé, 2024), traz excelentes contribuições sobre o tema, mas elenca entre as graves violações à dignidade humana, a mudança de sexo. Tal fato gerou reação de muitas pessoas, o conteúdo enviado nas redes sociais por um monge demonstrou preocupação e tristeza:

Li o novo documento do Dicastério da Doutrina da Fé “*Dignitas Infinita*” e compartilho com vocês aqui minhas primeiras impressões...tristeza, ao constatar que, “por trás das palavras”, parece predominar a tentativa de agradar a grupos conservadores que atacaram o papa e o cardeal Fernandez pela declaração sobre a possibilidade de bênçãos a casais em situação que o Direito Canônico ainda considera irregular. Sobre isso, acho impressionante que os autores desse documento não percebiam que nada que fizerem vai possibilitar um diálogo fraterno com quem não quer dialogar nem aceita o princípio da alteridade (a possibilidade de ser diferente) como dimensão espiritual da fé. Em segundo lugar, para mim fica claro que esse e outros documentos do Vaticano (como o recente documento do Dicastério do Culto sobre validade dos sacramentos) se mantêm ainda na perspectiva de uma Igreja-Cristandade na qual Roma se acha com o direito de ditar normas para as mais diversas Igrejas, inseridas em culturas que por serem diversas, pediriam outro estilo de acordo ou pacto de critérios éticos. Sobre esse fato de que o documento se situa em um contexto de Igreja- Cristandade, fica claro que um documento, através do qual o Vaticano emana normas e sobre assuntos tão delicados, foge absolutamente da perspectiva de uma Igreja sinodal, ou em diálogo com a humanidade” (Barros, 2024, s/p.).

Em meio a tantas turbulências, dois apontamentos se fazem importantes – (i) é preciso lembrar o que afirmou o Papa Francisco em 2016, ao falar do tema da transexualidade: é responsabilidade dos padres “acolher, acompanhar, estudar, discernir e integrar cada caso. Isto é o que faria Jesus hoje” (ACI Digital, 2016); (ii) o encontro recente do Papa Francisco com um grupo de católicos transgêneros, intersexuais e aliados, incluindo um médico que fornece cuidados de transição de gênero. Este grupo, que inclui a irmã Jeannine Gramick, uma freira dos EUA que tem atuado com pessoas

LGBTQ+ e suas famílias por mais de 50 anos, pediu ao Papa Francisco que superasse a abordagem negativa da Igreja em relação a pessoas de gênero diverso e encorajasse os líderes da Igreja a ouvirem com mais atenção as vidas e a fé das pessoas LGBTQ+ (Shine, 2024).

Sou grata ao Papa Francisco por estar disposto a ouvir as experiências de pessoas intersexo e transgênero”, disse a Irmã Gramick. “É somente ouvindo as histórias desses indivíduos, assim como dos indivíduos que se importam com eles e sobre eles, que a Igreja será capaz de ouvir completamente a voz do Espírito Santo chamando a comunidade católica a romper com os velhos e mal-informados ensinamentos e práticas (Shine, 2024, s/p.).

Frente à complexidade e desafios atuais, as orientações do Papa Francisco (Shine, 2024) para um diálogo respeitoso com pessoas LGBTQIA+, sinalizam o desejo de uma pastoral em que a dignidade humana seja uma prerrogativa, para além de qualquer diferença. Acolher, acompanhar, estudar, e buscar a integração da experiência dessas pessoas, vão além de recomendações, se torna um imperativo ético e espiritual para que essa Instituição possa contribuir para a humanização dessa causa.

A Doutrina Social da Igreja e a dignidade humana

A Doutrina Social da Igreja (DSI) obteve sua reformulação moderna com a Encíclica *Rerum Novarum* (Das coisas Novas), publicada em 1891, a qual soou como um grande questionamento às injustiças da Revolução Industrial. Abordou a condição dos trabalhadores e criticou o capitalismo liberal da época, sugerindo que os Estados tomassem medidas para mitigar a pobreza e a instabilidade. Esta encíclica do Papa Leão XIII estabeleceu um ponto de partida crucial para a orientação ética dos cristãos. Desde então, a DSI tem buscado através de novas encíclicas, formar um corpo contínuo de princípios e diretrizes éticas baseado na tradição aristotélico-tomista e sua releitura dela (Ribeiro, Carvalho e Oreiro, 2019, p. 710-735).

Quanto aos temas recorrentes na Doutrina Social da Igreja, destacam-se a destinação universal dos bens, a subsidiariedade, o princípio da solidariedade, o princípio do bem comum e o da dignidade da pessoa humana. Este último tema constitui alicerce de toda a preocupação do ensino social da Igreja católica.

Na compreensão doutrinal da igreja, o ser humano como “indivíduo”, está sujeito à administração do Estado e é inferior a ele. Não obstante, como

“pessoa”, dotada de uma personalidade única e irrepetível, ele é superior ao Estado. Vale destacar que a primeira e fundamental referência dessa doutrina, diz respeito à dignidade de cada pessoa humana. A opção pela expressão “pessoa”, evidencia relações vitais com seus semelhantes. Assim, no exercício de seus poderes administrativos, o Estado não pode violar arbitrariamente o corpo, a família e o modo de vida de ninguém, nem permitir que outras instituições o façam (Ribeiro, Carvalho e Oreiro, 2019, p. 715). O termo indivíduo é preterido, pelo fato dele evidenciar a ideia de autossuficiência. O indivíduo busca relações de tipo contratual com os outros, pouco envolvido com o bem viver de todos.

É importante destacar que a Declaração Universal dos Direitos Humanos (Organização das Nações Unidas) de 1948, representa um avanço significativo na história da humanidade, ao rejeitar qualquer condição em que se dificulte o reconhecimento da dignidade inalienável do ser humano (Talbot, 2019). Essa mesma atitude esteve sempre presente no ensinamento social da Igreja.

A partir de uma reflexão teológica-bíblica, feita por André Talbot em seu artigo *La doctrine sociale de l'Église catholique: une foi qui prend corps dans l'engagement social* (2019), é possível entender que essa preocupação social na doutrina da Igreja católica, reflete sua missão de garantir uma convivência cuja dignidade seja vivida por todos. Recorrendo à períclope joanina, já mencionada anteriormente, “[...] eu vim para que todos tenham vida e a tenham em abundância” (Bíblia Sagrada, 1982, Jo 10,10, p. 1398), o autor chama a atenção para o fato da atuação de Jesus se dar de forma inclusiva. Nos lembra também a figura do pastor, como aquele que renuncia à própria vida (Bíblia Sagrada, 1982, Jo 15,13, p. 1405), pelo cuidado do rebanho (Talbot, 2008, p. 119). Isso deverá refletir a iniciativa da Igreja em pensar sua missão para além dos muros de separação entre profano e sagrado.

O compêndio de Doutrina Social da Igreja (Pontifício Conselho “Justiça e Paz”, 2005, DSI n.144-145), ao refletir sobre a dignidade humana, também destaca os fundamentos bíblicos: “Deus não faz distinção entre as pessoas” (Bíblia Sagrada, 1982, At 10,34, p. 1426; cf. Rm 2,11, p. 1451; Gal 2,6, p. 1493; Ef 6,9, p. 1502), pois todos possuem a mesma dignidade por serem feitas à Sua imagem. De igual modo recoloca a Encarnação de Jesus Cristo como reveladora da igualdade, indicando que “não há diferença entre judeu e grego, escravo e livre, homem e mulher” (Bíblia Sagrada, 1982, Gal 3,28, p. 1495; cf. Rm 10,12, p. 1459; 1 Cor 12,13,

p. 1476; Col 3,11, p. 1513). A dignidade de cada pessoa diante de Deus é a base para a igualdade e fraternidade entre todos os seres humanos, independentemente de raça, nação, sexo, origem, cultura ou classe.

Destaque deve ser dado ao fato que o Compêndio de Doutrina Social da Igreja (n. 152-155), vê na “proclamação dos direitos humanos um dos mais relevantes esforços para a afirmação da dignidade humana”. Lembra-nos esse texto, que o magistério da Igreja católica, mediante os ensinamentos de João XXIII e seus sucessores, ofereceram amplas indicações da concepção dos direitos humanos.

João Paulo II, no seu discurso à Assembleia Geral das Nações Unidas (1979), enumerou como sendo direitos fundamentais:

[...] o direito à vida, incluindo o direito de crescer protegido pelo coração materno após a concepção; o direito de viver em uma família unida e em um ambiente moral que favoreça o desenvolvimento pessoal; o direito de amadurecer intelectualmente e em liberdade na busca e conhecimento da verdade; o direito de participar no trabalho para valorizar os bens da terra e obter sustento para si e sua família; e o direito de formar uma família, acolher e educar os filhos, exercendo responsavelmente a sexualidade (Pontifício Conselho “Justiça e Paz”, 2005, DSI n. 155).

O que se percebe, portanto, é que a DSI extrapola os muros da confessionalidade, sobretudo, quando adere e incorpora em sua missão a promoção dos direitos humanos. “Seu empenho pastoral vai além da preocupação em mostrar os fundamentos cristãos presentes e inspiradores dos Direitos Humanos, assume a postura de denúncia à medida que abraça a defesa da dignidade humana” (Pontifício Conselho “Justiça e Paz”, 2005, DSI n. 159).

Tal ensinamento social, brota de suas próprias fontes bíblicas e teológicas, bem como é instigado no âmbito de debates comuns que especifiquem quais são as questões vitais para a humanidade, para o mundo. Ela se volta para as condições concretas de existência e particularmente pelo sofrimento dos invisibilizados sociais.

Para Antonio Aparecido Alves (2021), a DSI foi relevante durante a Revolução Industrial para orientar a prática cristã, e continua a oferecer diretrizes e princípios importantes para lidar com os desafios contemporâneos. Seus princípios configuram-se como orientação para evitar a influência do obscurantismo e para promover uma reflexão crítica e informada sobre

questões sociais e políticas. As questões de gênero estão dentro deste grande guarda-chuva social e político, o que permite buscar sustento dos ensinamentos sociais da Igreja para promover acolhimento e integração das pessoas LGBTQIA+, afirmando a sua dignidade como filhos, filhas e filhas de Deus.

O debate sobre gênero: entre estudos e ideologias

A categoria gênero adquiriu um peso ideológico e, talvez até, demonizado dentro da estrutura eclesial. Há um pânico moral em torno do gênero e uma negação absoluta e acrítica sobre as possibilidades de se entender os estudos de gênero, já que eles são um dispositivo que denuncia a influência “da cultura e das estruturas sociais na configuração e na relação entre os gêneros, questionam a subalternidade de um gênero a outro, e, nas últimas décadas contemplam a realidade de pessoas LGBT” (Lima, 2018, p. 6).

As Nações Unidas promoveram a Conferência Mundial de Beijing sobre a Mulher, em 1995. Nesta conferência optou-se por substituir o termo “mulher” pelo conceito de gênero. Assim a desigualdade da mulher em relação ao homem seria abordada em uma perspectiva integral de gênero (*Veritatis Splendor*, 2008). Desde 1997, a Igreja se levanta para combater os estudos de gênero, temendo as consequências religiosas deles. Naquela ocasião o então Cardeal Ratzinger manifestou que a intenção desta abordagem de gênero era para desafiar a Deus (Ratzinger, 1997).

Este posicionamento quase sempre alicerçado na defesa da Tradição, da família e das crianças, não leva em consideração os sofrimentos psicológicos e físicos das pessoas LGBTQIA+, não busca conhecimentos na área da sexualidade humana e limita as ações no campo pastoral para estas pessoas. Prova disso é a manifestação do Papa Francisco na Exortação Apostólica *Amoris Laetitia*, encíclica papal que tratou da instituição familiar. Ele afirma a “intenção” de se desenvolver uma “sociedade sem diferenças de sexo” e se preocupa com a “imposição de uma ideologia” que “leva a projetos educativos e diretrizes legislativas que promovem uma identidade pessoal e uma intimidade afetiva radicalmente desvinculadas da diversidade biológica entre homem e mulher” (Francisco, 2016, n. 56).

O gênero tem sido conceito proibido dentro da estrutura eclesial. O poder a ele atribuído seria o de levar as pessoas a assumirem posturas transexuais por imposição da vontade de outras pessoas; como se o fato de estudar as desigualdades de gênero pudesse levar as pessoas a mudarem de

gênero. Um contraponto a esta afirmação vem do frei Bernardino Leers que usa a expressão “heterossexuais ideologizados no machismo” (*Leers e Transferetti*, 2002, p.174). Nesta mesma esteira estão as afirmações da filósofa feminista Judith Butler que revela a existência de uma ideologia dominante na sociedade: heterocisnormativa, masculina, branca e com recorte de classe (Butler, 2016).

Esta dinâmica está sustentada pelo patriarcado, um dos alicerces que permeia diversas religiões e a própria doutrina Católica e que a Igreja não se vê motivada a abandonar com facilidade. O patriarcado que seria “a verdadeira ideologia de gênero desmascarada pelo uso do termo gênero como categoria analítica é o que fica oculto sob o discurso religioso da ‘ideologia de gênero’, rebaixado à acusação de teor moralista”, segundo Marcia Tiburi (2018, p. 62-63). Assim, a instituição Igreja segue afirmando que existem lugares sociais naturais marcados para homens e mulheres, defendendo a heterossexualidade e as suas formas de normatizar a sociedade, sem se preocupar com as desigualdades de gênero que preservam os privilégios masculinos. O que pode modificar esta realidade é o avanço dos direitos das minorias sexuais, o diálogo com os grupos de defesa de direitos humanos e a capacidade de promover atualizações dentro dos núcleos cristãos em defesa da dignidade humana de todas as pessoas. Segundo Moreira, “a manutenção de uma ordem social patriarcalista é difícil em uma sociedade na qual as pessoas de gêneros diferentes e de orientações sexuais distintas possuem o mesmo status jurídico” (Moreira, 2016, p. 22).

Estratégias de resistência e permanência

Diante dos relatos e estudos sistematizados nesta pesquisa, uma questão se impõe: por que pessoas LGBTQIA+ continuam sendo católicas? Quais são as motivações e as estratégias de permanência destas pessoas dentro da Igreja?

As evidências do Conselho Regional de Psicologia do estado de Alagoas são preocupantes. O estudo conduzido por Daniela Ghorayeb, realizado no Brasil, mostrou que 67% das pessoas que se declararam LGBTQIA+ afirmaram sentir “vergonha de sua orientação sexual”, com 35% apresentando depressão e 10% em risco de suicídio. Os fatores que os levaram a tal situação incluem “a religião e as pressões da sociedade. Adolescentes entre 16 e 21 anos afirmaram que o medo de frustrar a família era o que mais pesava” (Conselho Regional de Psicologia AL 15ª Região, 2013).

Algumas pessoas LGBTQIA+ tocadas por esta realidade e firmes na confiança de que o direito à prática da espiritualidade católica não lhes pode

ser negado, decidiram se unir em uma Rede Nacional de Grupos Católicos LGBTs. Assim, os ideais de povo amado de Deus para esta população podem se difundir por todo o Brasil, sob a afirmação: “a diversidade é dom de Deus” (Cris Serra, 2024, p. 247). Mas, acima de tudo, o que move estes grupos é a “práxis teológica” chamada de “emocional”, manifesta nos encontros presenciais promovidos em diferentes regiões do Brasil, através do caráter afetivo e comunitário presente na partilha de experiências e especialmente, na experiência comum do rito eucarístico. Se a interface Catolicismo e homossexualidade/transsexualidade ocupa uma região de fronteira, é nesta fronteira que ocorre o encontro e a missão se traduz em partilha do amor de Deus (Serra, 2019, p.193-194).

O “efeito Francisco” é um fator decisivo para esta permanência. Manifestações do Papa têm proporcionado fortes mudanças no terreno pastoral (Serra, 2019, p. 127). Alguns aspectos marcantes do seu papado giram em torno da “Igreja em saída”, “Igreja de portas abertas”, “que o confessionário não seja uma alfândega” (Francisco, 2013, n. 47).

Segundo Cris Serra, que presidiu a Rede Nacional de Grupos Católicos LGBTs entre os anos de 2018 e 2021, o Papa “defende expressamente o diálogo e uma ‘mudança’ na instituição, com a redução da ênfase nas questões morais e o deslocamento do foco para o acolhimento, a ‘misericórdia’ e a ‘dimensão do serviço’, em detrimento dos julgamentos moralizantes” (Serra, 2019, p. 127). Ao que completa Luís Corrêa Lima: “o ensinamento moral do papa é ao mesmo tempo matizado, aberto, crítico e alentador” (Lima, 2016, p. 128).

No entanto, há tensões e conflitos sobre o tema. Cris Serra falava em “superar as ‘antíteses perfeitas’ em busca de sínteses possíveis” (Serra, 2019, p. 211). Superar o conservadorismo excludente e valorizar a dignidade humana de todas as pessoas, preservando a liberdade inerente ao ser humano. Assim, “o problema da homossexualidade’, no âmbito católico romano, não deixa de reatualizar o problema das contracondutas medievais que foram de encontro à organização do pastorado cristão como lógica de poder, nos termos de Foucault” (Serra, 2019, p.212). Um contraconduta é a arte de propor diferentes maneiras de se conduzir diante de uma tentativa de condução da conduta. Diante do governo da conduta proposto pelo conservadorismo religioso, pode-se postular a constituição de contracondutas comunitárias que acolham e integrem as pessoas que se encontram nas periferias existenciais e sexuais, a exemplo das primeiras comunidades cristãs: “é pelas catacumbas que a Igreja respira” (Serra, 2019, p. 212-213).

Considerações finais

Este artigo foi produzido pela revisão sistemática de literatura associada aos temas da diversidade sexual, gênero, Catolicismo, direitos, cidadania religiosa e católicos LGBTQIA+, desde 1979, com estudos de Teologia Moral, até os tempos atuais com Papa Francisco e os movimentos dos grupos que integram a Rede Nacional de Grupos Católicos LGBTs. Também foram utilizadas entrevistas e programas veiculados em rede aberta de televisão, associados ao tema dignidade, direitos LGBTQIA+ e religião.

Ser uma pessoa lésbica, *gay*, bissexual, travesti/transsexual, *queer*, intersexo, assexual, pansexual, não-binário, entre outras denominações possíveis para a diversidade sexual, envolve uma dificuldade de aceitação na sociedade e nas estruturas religiosas, especialmente na Igreja Católica. Diante disso, chega-se à conclusão que é inadequado tentar encontrar uma “razão” para ser homossexual ou heterossexual, por exemplo. Não há uma explicação única para a forma como se dá a sexualidade humana, nem para a diversidade de manifestações possíveis. Apenas se recorre ao bom senso e ao respeito para se afirmar a subjetividade dos seres humanos e para o acolhimento a todas as formas de ser gente, afirmando a dignidade da pessoa.

Por outro lado, as formas de espiritualidade e de religiosidade podem gerar opressão ou integração. No caso da Igreja Católica, vimos inclusive que os pontificados têm ênfases diferentes a respeito do assunto, com claras diferenças entre o Papa Bento XVI e o Papa Francisco: este último demandando atitudes pastorais de misericórdia, o primeiro insistindo na teologia moral clássica sobre a conduta sexual. Quando se pretende agir de forma profética, como discípulas e discípulos daquele que veio para que todos tenham vida e a tenham em abundância, é preciso buscar nos ensinamentos do Jesus de Nazaré a fundamentação pastoral do nosso tempo. Não é possível se pensar em uma Igreja com opção preferencial pelos pobres, uma Igreja que vai ao encontro dos que estão nas periferias existenciais, sem incluir neste projeto as pessoas LGBTQIA+. Neste sentido, o estudo dos documentos denota que houve um avanço na aceitação da diversidade sexual no interior da Igreja, ainda que a percepção sobre as práticas sexuais dos grupos LGBTQIA+ continue sendo objeto da recomendação de sua abstenção. Concebe-se que os posicionamentos do Papa Francisco de acolhimento das pessoas que pertencem a estes grupos no interior da Igreja podem ocasionar atitudes de resistência e LGBTIfobia.

Esta pesquisa nos permitiu reforçar a necessidade de que as comunidades cristãs assumam o compromisso de enfrentamento à LGBTIfobia, uma vez que o Brasil é destaque na violência que se comete contra esta comunidade. Evidenciamos que a marginalização das pessoas LGBTQIA+ se dá muito fortemente no contexto religioso, o que vem a reforçar a discriminação e sua condenação na sociedade como um todo e no ambiente familiar, em particular. Portanto, pode-se afirmar que o imaginário heteronormativo, sustentado por interpretações da doutrina moral católica, marginaliza a população LGBTQIA+, perpetua a LGBTIfobia estrutural e compromete a afirmação da dignidade dessas pessoas. Por outro lado, foi encontrado o caminho de afirmação da dignidade de todas as pessoas nos ensinamentos da Doutrina Social da Igreja. Um material rico e fecundo que valoriza os seres humanos e as suas particularidades e nos permite evoluir na interpretação da doutrina e da tradição cristã.

A pesquisa também indica que a sobrevivência e a existência da população LGBTQIA+ dependem do diálogo e da superação de tabus nas instituições religiosas cristãs. Para enfrentar esse desafio, grupos de católicos compreendidos dentro das denominações lésbicas, gays, bissexuais, travestis/transsexuais, *queer*, intersexos, assexuais, pansexuais, não-binários, entre outros praticam uma Teologia de inclusão e integração, enfrentando fundamentalismos e combatendo a LGBTIfobia estrutural. Esses grupos, inspirados pelos valores cristãos de amor ao próximo e pelos ensinamentos de Jesus de Nazaré, e apoiados pelas ações e manifestações do Papa Francisco, estão tomando protagonismo na luta contra a opressão. A Rede Nacional de grupos católicos LGBTs está fazendo história tanto na Igreja Católica quanto na sociedade brasileira, com a Teologia da Inclusão e Integração, ao promover a dignidade humana e a inclusão, cujo grande objetivo é a defesa da dignidade humana existente em cada ser criado, independentemente de sua raça, classe e gênero.

Estes movimentos estão agindo para além dos limites da Igreja Católica, influenciando políticas públicas e promovendo mudanças legislativas em favor dos direitos LGBTQIA+. Em uma busca por tornar realidade aquilo que Jesus Cristo já protagonizou em seu tempo histórico, eles persistem no enfrentamento a grupos reacionários, questionando o poder que mata. A resistência de setores conservadores da Igreja e da sociedade torna evidente a necessidade contínua de educação, vigilância e sensibilização para o sofrimento das pessoas que se encontram nas periferias.

Outros fatores, como raça, classe e gênero, interagem com a identidade LGBTQIA+ e agravam a marginalização e a violência contra essa comunidade. Os movimentos de inclusão estão atentos a estas pautas da interseccionalidade, bem como aos debates e iniciativas de formação e educação teológica que promovam a inclusão e combatam a LGBTIfobia dentro da Igreja Católica. A busca por formas ecumênicas e de diálogo interreligioso que fortaleçam a afirmação da dignidade das pessoas LGBTQIA+ também faz parte destes movimentos.

Enfim, uma Teologia Inclusiva, promotora da justiça e da dignidade para todas as pessoas somente será possível quando se respeitar o protagonismo dos marginalizados e vulnerabilizados, quando as vozes diferentes da norma forem ouvidas e respeitadas.

Referências

A IDEOLOGIA DO GÊNERO: seus perigos e alcances (1998). *Veritatis Splendor*. 09 de junho de 2008. <https://www.veritatis.com.br/a-ideologia-do-genero-seus-perigos-e-alcances/>. Acesso em: 20 jun, 2024.

ALVES, Antônio Aparecido. Conhecer e praticar a Doutrina Social da Igreja, em tempos de obscurantismo. *Revista Encontros Teológicos*, v. 36, n. 1, 2021.

BARROS, MARCELO. Queridas irmãs e queridos irmãos, li o novo documento do Dicastério da Doutrina da Fé “*Dignitas Infinita*” e compartilho com vocês aqui minhas primeiras impressões. *Whatsapp*: Grupo Diversidade e Teologia. 10 de abril de 2024, 8h37.

Bíblia Sagrada. São Paulo, SP: Editora Ave Maria. 1982.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

BUTLER, Judith. *Quem tem medo do gênero?* Tradução Heci Regina Candiani. – 1 ed.- São Paulo: Boitempo, 2024.

CNBB. Homofobia. *Imprensa CNBB*. 24/11/2009. Disponível em: <https://www.cnbb.org.br/homofobia/> Acesso em: 29 jul, 2024.

Concílio Vaticano II. *Constituição Pastoral Gaudium et spes sobre a Igreja no mundo atual*. Vaticano. 1965. Disponível em: www.vatican.va Acesso em: 29 jul, 2024.

CONGREGAÇÃO PARA A DOCTRINA DA FÉ. Algumas reflexões acerca da resposta a propostas legislativas sobre a não-discriminação das pessoas homossexuais. *L’Osservatore Romano*, Edição semanal, N. 32, 9 de agosto de 1992.

CONGREGAÇÃO PARA A DOCTRINA DA FÉ. *Carta aos Bispos da Igreja Católica sobre o Atendimento pastoral a Pessoas Homossexuais*. Vaticano. 1º de outubro de 1986. Disponível em: https://www.vatican.va/roman_curia/congregations/cfaith/documents/rc_con_cfaith_doc_19861001_homosexual-persons_po.html Acesso em: 29 jul, 2024.

CONGREGAÇÃO PARA A DOCTRINA DA FÉ. Carta aos bispos sobre a colaboração do homem e da mulher na Igreja e no mundo. *Vaticano*. 31 mar 2004. Disponível em: https://www.vatican.va/roman_curia/congregations/cfaith/documents/rc_con_cfaith_doc_20040731_collaboration_po.html Acesso em: 26 jul, 2024.

Conselho Regional de Psicologia AL 15ª Região. 2013. Disponível em: <https://www.crp15.org.br/artigos/pesquisa-revela-o-risco-de-suicidio-na-comunidade-lgbt/> Acesso em: 24 fev, 2024.

Conselho Federal de Psicologia. *Tentativas de aniquilamento de subjetividades LGBTIs*. Brasília: CFP, 2019.

COSTA, Ronaldo Pamplona da. 1941. *Os onze sexos: as múltiplas faces da sexualidade humana* / Ronaldo Pamplona da Costa. São Paulo. Editora Gente, 1994.

Organização das Nações Unidas. *Declaração Universal dos Direitos Humanos*. 1948. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos> Acesso em: 30 jun, 2024.

DICASTÉRIO PARA A DOCTRINA DA FÉ. *Declaração Dignitas infinita sobre a dignidade humana*. 2024. Disponível em: https://www.vatican.va/roman_curia/congregations/cfaith/documents/rc_ddf_doc_20240402_dignitas-infinita_po.html Acesso em: 24 abril, 2024.

Francisco convida bispos a irem às “periferias existenciais”. *Encontro com Cristo*. Disponível em: <https://encontrocomcristo.com.br/francisco-convida-bispos-a-irem-as-periferias-existenciais/> Acesso em: 19 jul, 2024.

FRANCISCO, Papa. *Exortação Apostólica Evangelii Gaudium- A Alegria do Evangelho*. Edições CNBB: 2013.

FRANCISCO, Papa. *Exortação Apostólica Pós Sinodal Amoris Laetitia*. Edições CNBB: 2016.

FRANCISCO, Papa. *Quem sou eu para julgar?*; tradução de Clara A. Colotto. Rio de Janeiro: LeYa, 2017.

HAERING, Bernhard. *Livres e Fiéis em Cristo: Teologia moral para sacerdotes e leigos*. Vol. 1. Teologia Moral Geral. São Paulo: Edições Paulinas, 1979.

HELMINIÁK, Daniel A. *O que a Bíblia realmente diz sobre a homossexualidade*. São Paulo: Summus, 1998.

JOÃO PAULO II, Papa. *Constituição Apostólica “Sacrae Disciplinae Leges” De Promulgação Do Código De Direito Canônico*. 1983. Disponível em:

https://www.vatican.va/archive/cod-iuris-canonici/portuguese/codex-iuris-canonici_po.pdf Acesso em: 30 jun, 2024.

LAWLER, Michael G; SALZMAN, Todd. A Igreja Católica precisa ouvir transgêneros e transexuais. *IHU Unisinos*. Dezembro/2020. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/sobre-o-ihu/78-noticias/605189-a-igreja-catolica-precisa-ouvir-transgeneros-e-intersexuais-artigo-de-michael-g-lawler-e-todd-salzman> . Acesso em: 24 abril, 2024.

LEERS, Bernardino; TRASFERETTI, José. *Homossexuais e Ética Cristã*. Campinas- SP: Editora Átomo, 2002.

LIMA, Luís Corrêa. A Fraternidade e a Superação da Violência contra LGBT. *Revista Convergência*, N. 509, março 2018, ano LIII.

LIMA, Luís Corrêa. Os LGBT e o pontificado de Francisco. *Perspectiva Teológica*, Belo Horizonte, v. 48, n. 1, p.117-143, Jan/Abr. 2016.

MARIUZZO, Terezinha. *Formação de professores em orientação sexual: a sexualidade que está sendo ensinada nas nossas escolas*. 2003. 227 f. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Ciências, Universidade Estadual Paulista, Bauru, 2003.

MARTIN, James, sj. *Construindo uma Ponte: como a Igreja Católica e a comunidade LGBT podem estabelecer uma relação de respeito, compaixão e sensibilidade*. Tradução Paulinas editoras. São Paulo: Paulinas, 2022.

MOREIRA, Adilson J. Cidadania Sexual: Postulado Interpretativo da Igualdade. *Universidade Presbiteriana Mackenzie, Direito, Estado e Sociedade*, São Paulo. N°48 p. 10 a 46 jan/jun, 2016.

NASCIMENTO DE JESUS, Leomar. Mais azul que rosa: moral sexual católica e comunidade LGBTQIA+. *Cadernos Teologia Pública. IHU Unisinos*. Ano XX | Número 176 | Volume 21 | 2024.

O que disse o Papa Francisco sobre os transexuais? Aqui sua resposta completa. *ACI Digital*. Disponível em: <https://www.acidigital.com/noticia/32305/o-que-disse-o-papa-francisco-sobre-os-transexuais?-aqui-sua-resposta-completa> Acesso em: 25 maio, 2024.

Pontifício Conselho de “Justiça e Paz”. *Compêndio da Doutrina Social da Igreja*; tradução Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) – São Paulo: Paulinas, 2005.

Programa Fantástico, 25/10/2020, 20h30. Rede Globo de Televisão. *Globoplay*. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/8969044/> Acesso em: 27 jun, 2024.

Quelly da Silva: o nome da travesti que foi assassinada e teve o coração arrancado. *Portal Geledés*. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/quelly-da-silva-o-nome-da-travesti-que-foi-assassinada-e-teve-o-coracao-arrancado/> Acesso em: 24 jul, 2024.

RATZINGER, Joseph. A. *La sal de la tierra*. Madrid: Libros Palabra, 1997.

REIS, Toni. Org. *Manual de Comunicação LGBTI+ [livro eletrônico]*. 3. ed. Curitiba: IBDSEX, 2021. Disponível em: <https://www.grupodignidade.org.br/wp-content/uploads/2018/05/manual-comunicacao-LGBTI.pdf> Acesso em: 10 jun, 2024.

RIBEIRO, Arthur Rizzi; CARVALHO, Ricardo da Silva; OREIRO, José Luis. A doutrina social da igreja católica, o novo desenvolvimentismo e a economia social de mercado: diálogos possíveis? *Brazilian Journal of Political Economy*, v. 39, n. 4, 2019.

SERRA, Cris. *Viemos para comungar: os grupos católicos LGBT brasileiros e suas estratégias de permanência na igreja*. Rio de Janeiro, RJ: Metanoia, 2019.

SERRA, Cris. *Para que tenhamos vida: saberes e fazeres de coletivos cristãos de feministas e dissidentes de gênero e sexualidade no Brasil*. Rio de Janeiro, RJ: Metanoia, 2024.

SHINE, Robert. New Ways Ministry Brings Transgender, Intersex, Ally Catholics for Dialogue with Pope Francis. *New Ways Ministry*. 2024. Disponível em <https://www.newwaysministry.org/>

org/2024/10/12/new-ways-ministry-brings-transgender-intersex-ally-catholics-for-dialogue-with-pope-francis/?fbclid= Acesso em 13 out, 2024.

TALBOT, André. La doctrine sociale de l'Église catholique: une foi qui prend corps dans l'engagement social. *Vie sociale*, n. 3, 2008. Disponível em: <https://www.cairn.info/revue-vie-sociale-2008-3-page-119.htm> Acesso em: 22 jul, 2024.

TIBURI, Marcia. A funcionalidade da «ideologia de gênero» no contexto político e econômico brasileiro. *Revista Nueva Sociedad*, especial em português, julho de 2018. Disponível em: www.nuso.org Acesso em: 10 mar, 2024.

Travesti Dandara foi apedrejada e morta a tiros no Ceará, diz secretário. *Portal G1 Ceará*. Disponível em: <https://g1.globo.com/ceara/noticia/2017/03/apos-agressao-dandara-foi-morta-com-tiro-diz-secretario-andre-costa.html> Acesso em: 23 fev, 2024.

VAGGIONE, Juan M. La Iglesia Católica frente a la política sexual: la configuración de una ciudadanía religiosa. *Cadernos Pagu*, [online], n. 50, e175002. Epub June, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/tG3Vwp9BqY7kGGTS6WSJ7Zw/?lang=es> Acesso em: 23 fev, 2024.

Vaticano: Papa lança “Pacto Global pela Família”. *Ecclesia*. Disponível em: <https://agencia.ecclesia.pt/portal/vaticano-papa-lanca-pacto-global-pela-familia/#:~:text=Cidade%20do%20Vaticano%2C%2030%20mai,promovam%20a%20valoriza%C3%A7%C3%A3o%20das%20fam%C3%ADlias>. Acesso em: 24 abril, 2024.

WARNER, Michael. *Fear of a Queer Planet*. Minneapolis, MN: University of Minnesota Press, 1993.

Submetido em: 30/7/2024

Aceito em: 17/10/2024